

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 778 - de 10 de dezembro a 15 de janeiro de 2015

IMPEACHMENT É GOLPE!

EM DEFESA DO MANDATO POPULAR



VITÓRIA: ESTUDANTES BARRAM PLANO DE ALCKMIN!

“Não teve arrego!”

Luta dos estudantes impõe recuo ao governo Alckmin



A luta dos estudantes secundaristas de São Paulo arrancou uma vitória!

A mobilização começou no início do semestre com passeatas e manifestações e culminou com uma onda de ocupações que chegou a mais de 220 escolas. A luta ganhou as ruas e a opinião pública obrigando o governador Alckmin (PSDB) a suspender a “reorganização” escolar. No dia 4 de dezembro, o decreto para a transferência de professores de uma escola para outra foi revogado e o Secretário da Educação, Herman Voorwalrd, foi demitido por não ter “segurado o rojão”.

Os secundaristas entraram em luta contra o fechamento de 93 escolas em todo o estado, em 2016, e a transferência de centenas de milhares de estudantes, superlotando salas de aula, para criar o chamado “ciclo único”, o que representaria um avanço do processo de destruição da escola pública.

Apesar do recuo, os estudantes estão desconfiados, e com razão! Alckmin não desistiu de seu plano de cortar gastos da educação, que é o real objetivo da reorganização. Ele anunciou que quer retomar a discussão no ano que vem, “escola por escola”, o que é uma armadilha.

Os estudantes queriam defender as escolas...

A primeira ocupação foi em 9 de novembro, na E.E. Diadema, se multiplicando depois em todo o estado. Os secundaristas buscaram o apoio de ex-alunos, pais e professores. Aprenderam a se organizar. Um estudante explicou: “reunimos a galera numa assembleia que decidiu ocupar. No dia seguinte, entramos na escola e com cadeados e correntes fechamos os portões. Houve resistência da diretoria e de alguns alunos contrários, mas, no fim, conseguimos ficar”.

Em outra ocupação, no Maria Petronila, na Zona Sul da capital, um ex-aluno, ex-presidente do grêmio, voltou para ajudar: “estudei a vida toda aqui e acho que é minha responsabilidade ajudar”.

Nas ocupações, as atividades envolviam todos os participantes, as assembleias eram quase diárias e reuniões regionais organizavam a divisão de tarefas.

Até a decisão da Justiça que impediu ações de reintegração, os estudantes, em várias escolas, organizaram a resistência à pressão policial diária para que desocupassem.

...Alckmin queria guerra

Em 29 de novembro, vazou um áudio da reunião do chefe de gabinete do Secretário da Educação, Fernando Padula, onde ele conversa com dirigentes de ensino, apresenta militantes do PSDB e anuncia que agora iria à guerra contra os estudantes.

No dia seguinte, várias escolas foram cercadas por funcionários da secretaria e gente paga pelo PSDB, tentando invadir as escolas, com o apoio da PM.

Os secundaristas resistiram e, uma por uma, as escolas repeliram as invasões e colocaram a PM e os bate-paus do PSDB para fora.

Nos dias seguintes, centenas de estudantes em comissões das ocupações se organizaram para fechar o trânsito em pontos estratégicos da cidade, com manifestações com cerca de 40 a 50 estudantes e que, apesar do apoio da maioria da população, enfrentaram brutal repressão da PM.

Choveram bombas sobre os estudantes, e mais de 30 foram detidos ou presos temporariamente. A polícia que chegou a acusar estudantes secundaristas de 18 anos de corrupção de menores e formação de quadrilha (!), agiu com violência, algemando menores de idade, enforcando, batendo, espancando e até roubando as cadeiras de salas de aulas, símbolo da luta.

Tamanha truculência não arrefeceu o ânimo dos estudantes. Alckmin, com a popularidade despencando, foi obrigado a reconhecer a derrota e mudar sua tática.

Anunciado o recuo, na Virada Cultural das ocupações com dezenas de artistas, os estudantes comemoraram.

Começam as desocupações, a luta deve continuar

Com a vitória, começaram as desocupações. Algumas escolas se mantêm ocupadas, os estudantes argumentam que é preciso permanecer até que Alckmin cancele a reorganização. Mas o sentimento que parece ser majoritário nas ocupações é de que essa vitória,

ainda que parcial, permite encerrar as ocupações, terminar o ano letivo e preparar as forças para o novo combate. Como resumiu um estudante da E.E. Caetano de Campos, “é uma vitória, mas é um adiamento. Arrancamos dele (Alckmin) a última gota este ano, mas temos que nos preparar para o ano que vem.”

O saldo da luta será ainda medido pela capacidade dos estudantes de reforçarem a criação de grêmios estudantis, organizando-se desde a base para reconstruir uma verdadeira União Municipal de Estudantes Secundaristas na capital, e se apropriarem de suas entidades estadual (UPES) e nacional (UBES). Para isso, não ajuda a política sectária de setores do PSTU e do MPL que dificultaram a unificação do movimento.

A Juventude Revolução, que defen-

deu nas ocupações a criação de um comando unificado de estudantes eleitos das escolas ocupadas com a participação de todas as entidades estudantis, entende que é o momento de desocupar. Para dar continuidade à luta, propõe a formação de comitês amplos contra a reorganização e a construção de um encontro de estudantes secundaristas no ano que vem, para construir a unidade contra a manobra de Alckmin que quer envolver os estudantes no debate “escola por escola”.

Nenhuma escola, nenhuma sala fechada! Com esse slogan vamos entrar em 2016: “não tem arrego!”.

Luã Cupolillo

Congresso da UBES pauta o Fora Cunha

Mas recusou a exigência do pedido de Fora Levy e o ajuste fiscal

O Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que aconteceu em novembro, em Brasília, foi marcado pela agitação pela saída de Cunha e de mudanças urgentes na política econômica, através de palavras de ordem contra o ministro Joaquim Levy.

O Conubes, unânime, aprovou o Fora Cunha mas, a luta contra o ajuste fiscal, comandado por Levy, foi bloqueada pela UJS, ligada ao PCdoB, maior força da UBES, que recusou a exigência de “abaixo o plano de ajuste fiscal, fora Levy”. O Congresso, ao aprovar por proposta da UJS uma defesa genérica de “outra política econômica”, perdeu com isso a oportunidade de armar a entidade para mobilizar os estudantes pelo fim do ajuste que ataca a educação com o corte de verbas.

A Juventude Revolução (JR), com a tese “UBES é pra Lutar!”, defendeu que passou da hora de Dilma mudar de política. No segundo dia de congresso, em uma manifestação da UBES com a Frente Brasil Popular (FBP), a JR tinha uma coluna que

agitou a atividade, atraindo outros estudantes, com a palavra de ordem: “quero a Dilma que elegi, fora Cunha e Levy”.

Durante o Congresso, crescia em São Paulo o número de escolas ocupadas contra a reorganização de Alckmin (ver acima). A JR propôs, e foi aprovado, um Dia Nacional de Solidariedade.

A dita Oposição de Esquerda, que organizou um ato paralelo ao da UBES com a FBP, mostrou, mais uma vez, o grau de sectarismo. Na plenária final, o Juntos, ligado ao PSOL, continuou tocando a bateria, ignorando o chamado de um minuto de silêncio em repúdio à violência da PM de Alckmin contra estudantes e professores da E.E. José Lins do Rego.

Eleição da nova diretoria

A JR compôs chapa com a Juventude da Articulação de Esquerda do PT. Focada na necessidade de concentrar o combate contra o ajuste fiscal, a chapa ampliou sua votação e elegeu dois diretores. Da JR, foi eleita Adrielle Marques, do Distrito Federal.

Às ruas, não ao impeachment!

O mandato popular, dado por 54.501.118 de brasileiros, está ameaçado pelo golpe do impeachment. A aceitação pelo (ainda!) presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), do pedido de impeachment, apoiado pelo PSDB, é uma verdadeira ameaça à nação.

Defender o mandato popular dado à presidente Dilma, do PT, é tarefa urgente para todo movimento democrático, operário, popular e da juventude. É hora da mais ampla unidade de todos que recusam entregar o país àqueles que querem submetê-lo, sem qualquer restrição, à pilhagem imperialista.

Não é mera coincidência que o pedido de impeachment se baseie no “crime de responsabilidade” da presidente Dilma por comprometer as metas do superávit fiscal primário, a seiva que alimenta a especulação financeira, por imposição do Fundo Monetário Internacional, desde o governo tucano de FHC.

Não é mera coincidência que os ventríloquos dos interesses imperialistas saiam a campo para, num só movimento, garantir o impeachment e apresentar as “medidas amargas” a serem tomadas para que possa avançar a ofensiva contra os interesses nacionais e dos trabalhadores.

Falam em união nacional. Não há união possível entre interesses de classe opostos. O que eles querem é quebrar a resistência para

que os trabalhadores paguem pela crise provocada pela especulação financeira.

Para eles, é preciso atacar a Previdência, com a idade mínima para aposentadoria. É preciso quebrar as conquistas dos trabalhadores, com o fim da CLT e a prevalência do negociado sobre o legislado. Eles querem liberar mais re-

A DEFESA DO MANDATO DEVE SER A HORA DA VIRADA

ursos para o superávit fiscal primário, com o fim das vinculações constitucionais nos gastos de saúde e educação. Para eles, é preciso derrubar as barreiras para que as multinacionais se apoplesem da riqueza do petróleo do Pré-sal.

São medidas defendidas na mal chamada “Ponte para o Futuro”, do vice-presidente Michel Temer, do mal chamado aliado PMDB. “É uma ponte para já”, “imediatamente”, disse Temer diante de empresários que o aplaudiram: “o vice falou o que queríamos ouvir”. Também o PSDB e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se congratulam com as “medidas amargas” que acabem com “os benefícios e privilégios de uma era onde o populismo dava a última palavra.” (Editorial de OESP, 8/12)

Contra essa política, a mobilização das organizações e movimentos dos trabalhadores e da juventude garantiu, em 26 de outubro

de 2014, a eleição de Dilma, escolhendo o melhor terreno para a classe prosseguir seu combate. E, efetivamente, durante todo o ano de 2015, essas mesmas organizações tomaram as ruas contra a política econômica comandada por Levy.

Está certo o presidente da CUT, Vagner Freitas, ao declarar “vamos continuar a defender o governo contra o golpe, e a necessidade de mudança da política econômica” (Valor, 8/12).

Para os que estão dispostos a sair às ruas e defender o mandato popular, essa deve ser a hora da virada!

A Corrente O Trabalho do PT se coloca, incondicionalmente, ao lado de todas as forças democráticas, populares e sindicais para impedir que as forças reacionárias desfilam o golpe antidemocrático, através do impeachment.

Com os companheiros do Diálogo e Ação Petista, nos juntamos às manifestações para barrar essa tentativa de golpe. E, num só movimento, manter em pé a luta pelo fim da política de ajuste de Levy, para que Dilma reate com a base social que a elegeu com uma política que defenda os interesses dos trabalhadores e da nação, e desarme as bombas armadas em nosso país para subjuga-lo, sem obstáculos, à política de massacre dos povos, pilhagem das riquezas, ataque às conquistas, para dar sobrevida ao parasitário sistema imperialista em crise.

Uma discussão necessária

O livro do professor e militante José Eudes Bezerra Baima contra a chamada progressão continuada e demais variações da política de “ciclos” é uma importante contribuição.

É da defesa do direito do educando de aprender, ou seja, a realização da função social da escola que está no centro desta discussão. As políticas de progressão, aprovação automática e similares caem como uma luva na política de ajuste, de cortes com a educação, com fechamento de escolas, promovida por governos de diferentes esferas do Estado em todos os níveis de ensino. Usando a desculpa de que a reprovação é excludente, e leva à evasão escolar, aplica-se uma política que conduz à destruição da Escola como promotora do aprendizado, para convertê-la num depósito de crianças e jovens. Num momento de ataques à escola, o livro é um chamado ao debate necessário entre educadores, ativistas sindicais e militantes do movimento estudantil.

Solicite seu exemplar: palavra.livraria@gmail.com
Preço: 15,00 (mais custos de envio pelo correio)



Memória

SP REÚNE 300 JOVENS EM ENCONTRO

Realizou-se no último sábado na PUC-SP o Encontro de Jovens Militantes e Simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, com a presença de mais de 300 jovens. O encontro contou com a participação de 40 núcleos do partido na capital e com a presença de várias cidades do interior – S. José do Rio Preto, Sorocaba, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Campinas, Ribeirão Preto, Rio Claro e Santos. (...) Na discussão sobre a situação da juventude realizada durante o encontro, uma série de bandeiras de lutas foi levantada: abaixo a repressão, pelo fim do salário do menor, por uma jornada de trabalho de no máximo 6 horas, ensino público e gratuito, pelo acesso à cultura (...).

O Trabalho nº 89 – 10/12/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br
Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

CUT embarca em canoa furada

“Compromisso pelo Desenvolvimento” faz o jogo dos patrões

A primeira reunião da Executiva Nacional da CUT depois do congresso que a elegeu, em 25 de novembro, teve uma novidade: a proposta trazida por Sérgio Nobre (sec. geral) e Vagner Freitas (presidente) de que se endossasse o “Compromisso pelo Desenvolvimento” que vinha sendo articulado com outras centrais e setores do empresariado.

Com algumas forças (CSD e AE) tentando “melhorar” o texto apresentado (que acabou vindo a público sem nenhuma das emendas que sugeriram), o apoio da CUT à iniciativa foi adotado com o registro de voto contrário dos dois membros da “CUT independente e de luta” (Juliana Sales e Julio Turra).

O “Compromisso” seria entregue a Dilma em 9 de dezembro, no Fórum tripartite criado pelo governo para discutir Previdência e outros temas. Mas essa agenda foi atropelada pela aceleração da crise política e adiada sem nova data.

O que é o tal “Compromisso”?

Lançado em São Paulo, em 3 de dezembro, num ato de dirigentes de centrais e empresários, no qual a fala de Vagner Freitas foi “saudada” com



Sai dessa Vagner: presidente da CUT fala no lançamento do Compromisso com empresários

“Fora Dilma” por pelegos da Força Sindical, o “Compromisso pelo Desenvolvimento” é, segundo seu próprio texto, “um esforço na direção de um entendimento propositivo entre trabalhadores e empregadores”.

Ele se traduz em sete pontos, sem incluir qualquer reivindicação própria dos trabalhadores, apenas o genérico “fortalecer o mercado interno para aumentar o consumo, emprego, renda e direitos sociais”.

Os demais pontos são: retomar o investimento público e privado em infraestrutura; retomar investimentos

no setor de energia (petróleo, gás); destravar o setor de construção com acordos de leniência; criar condições para aumentar produção e exportações da indústria; priorizar políticas de incentivo ao setor produtivo; ampliar o financiamento de capital de giro para as empresas.

Nenhuma saída econômica é possível sem o fim imediato do ajuste fiscal de Levy, rechaçado pelo 12º CONCUIT. Afinal, o próprio Levy diz que seu ajuste é para preparar a “retomada do desenvolvimento” (sabe-se lá quando).

A CUT poderia apoiar os acordos

de leniência, pois permitiriam que as construtoras envolvidas na Lava Jato pudessem operar e assim evitar a sangria de empregos neste setor (que chega a meio milhão de trabalhadores), como uma medida pontual. Mas fazê-lo de forma independente, e não embarcando na agenda dos empresários.

Nos últimos dias, em paralelo com a elaboração do “Compromisso”, o ministro do Trabalho, Miguel Rosseto, fez reuniões públicas com empresários e sindicatos para fazer balanço dos resultados do PPE (redução de jornada e salários, ver edições anteriores).

A política de colaboração de classes ou parceria capital-trabalho, que está na base seja do PPE – que, diga-se de passagem, não foi referendado como posição da CUT pelo seu congresso –, seja do “Compromisso pelo Desenvolvimento”, só serve para amarrar a classe trabalhadora aos pés do altar do capital, sem abrir qualquer saída que contemple a defesa dos salários, empregos e direitos dos trabalhadores! Por isso mesmo deve ser abandonada o quanto antes!

Julio Turra

SC: servidores lutam contra política de Colombo

Unificados, eles defendem direitos e a previdência

Os servidores públicos do estado de Santa Catarina estão em luta contra a política do governador Colombo (PSD), que ataca seus direitos e a previdência. O Fórum Estadual dos Servidores Públicos, formado por vários sindicatos, atua em unidade para se defender dos ataques. O que está em jogo é a instituição de um novo plano de carreira para o magistério, novas regras para admitir professores por prazo determinado e a criação do SCPREV (Santa Catarina Previdência).

Em 2014, numa greve de 72 dias, os professores conseguiram derrotar o governo no intento de contratação de professores por tempo determinado. Exigiam também um novo plano de carreira que revisse o achatamento brutal ocorrido em 2011 com a chamada “compactação”, ou seja, aplicou o piso nacional no inicial da carreira, mas arrochou todas as demais faixas salariais. O governo passou por cima do negociado e enviou novo Plano de Carreira que continua a lógica de aprofundar o



Repressão dentro da ALESC contra servidores

achatamento salarial.

Na previdência, a proposta do governo atinge o conjunto dos servidores. Com o projeto enviado à Assembleia Legislativa (ALESC), Colombo quer extinguir o fundo previdenciário, criado em 2008, juntar 13,7 mil funcionários contratados após essa data a mais 54,6 mil servidores em um único grupo, e usar os R\$ 800 milhões em caixa do atual Instituto de Previdência para pagar as aposentadorias em 2016. Além de reajustar a alíquota previdenciária

de 11% para 14% dos servidores contratados antes de 2008.

Mobilização impede votação

No último dia 8, uma forte mobilização na ALESC impediu a votação do projeto. Os manifestantes enfrentaram uma forte repressão policial dentro da própria Assembleia. Vários servidores foram agredidos, outros desmaiaram por conta do gás de pimenta e alguns foram presos. Tudo isso enquanto os “nobres deputados” estavam em segurança. Para o professor Osvaldo França, da cidade de Joinville, “os servidores estão unificados contra Colombo, por conta do fundo de previdência e ataques desferidos às categorias, levando inclusive ao confronto com a Polícia Militar”.

Ao final do dia ocorreu assembleia unificada dos servidores que decidiu manter as mobilizações na ALESC, com vigília permanente, pois a qualquer momento esses projetos podem voltar na pauta.

Correspondente

Não à privatização da Celg

Um acordo entre o governo federal e o governador de Goiás, Marconi Perilo (PSDB), incluiu a Celg (Cia. Energética de Goiás) no Programa Nacional de Desestatização (PND). Tal fato indignou os trabalhadores do estado, cuja resistência havia bloqueado uma tentativa anterior de privatização pelo governo goiano. Em 2010, a partir da luta dos trabalhadores, 51% das ações da Celg-D (responsável pela distribuição) foram transferidas para a Eletrobrás, e foram, o que gerou bastante expectativa nos eletricitários de que estariam protegidos da vontade do governo tucano de vender a empresa.

Um movimento contra a privatização começou a ser criado, mas com muitas dificuldades. A direção do sindicato da categoria (STIUEG), filiado à Conlutas, numa postura sectária de simples denúncia de Dilma, dificulta a unidade em defesa da Celg. O sindicato chegou a soltar uma nota reivindicando uma fala do senador Ronaldo Caiado (DEM), que acusou o ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB), de bandido. A nota “explica” porque “os brasileiros (em especial os trabalhadores da Celg) se identificam com o senador Caiado nesse momento” (!!!), estendendo a todo governo a acusação de bandido.

Correspondente

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



“REALMENTE, A SITUAÇÃO É DE ALARME”

Comitê do Diálogo e Ação Petista se reúne com sindicalistas

No dia 28 de novembro, a secretaria do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista reuniu-se na sede do PT Nacional em São Paulo. A reunião contou com a presença de convidados, alguns companheiros sindicalistas que haviam participado, no dia anterior, do Encontro Nacional de Sindicalistas Petistas.

Foi uma oportunidade de fazer uma primeira troca de opiniões sobre os resultados dessa atividade, a qual o Diálogo e Ação Petista, assim que tomou conhecimento de sua convocatória, decidiu apoiar “firmemente o Encontro de Sindicalistas do PT, de 27/11, convocado por 31 dirigentes da CUT, com base no seu manifesto ‘O PT de volta para a classe trabalhadora’, apresentado ao 5º Congresso do PT. Vamos ajudar a reerguer a força vital da continuidade do PT!”, como diz o Manifesto de Alarime adotado pelo DAP, em 19 de outubro.

A opinião geral dos que haviam participado do encontro de sindicalistas foi a de que ele foi realmente um ponto de apoio para os que buscaram defender o PT, como um partido dos trabalhadores.

O companheiro Julio Turra, dirigente da CUT e membro do Comitê do DAP,



um dos que assinaram a convocatória do encontro, ressaltou a importância da realização da atividade, em particular pelos percalços durante sua preparação, e pelos seus resultados. O companheiro Farias, recém integrado ao Comitê Nacional do DAP, dirigente do Sindicato da Alimentação de Pelotas (RS), disse que o encontro era um alento para enfrentar a difícil situação, “realmente alarmante”, explicando, por exemplo, a pressão da Gerdau no estado para rebaixar acordos salariais já assinados. Ele disse também que já estava pensando em organizar, no

Rio Grande do Sul, uma atividade com Luiz Eduardo Greenhalgh para reproduzir a discussão sobre a operação Lava Jato por ele apresentada no encontro de sindicalistas

Carlos Magno, vice-presidente da CUT-MG, convidado à reunião, foi bastante enfático na caracterização positiva do encontro. Referindo-se à discussão feita, disse que “as intervenções como as de João Felício, Jacy Afonso, Julio Turra e Luiz Eduardo Greenhalgh nos dão ânimo”. Também presidente da CUT do Vale do Aço, ele trouxe à discussão a situação

em Minas depois da tragédia provocada pela Samarco em Mariana. A partir dessa colocação, também foi trazida à discussão a situação de Cubatão e de toda a Baixada Santista, em São Paulo, com a ameaça da Usiminas de fechar setores da produção, o que vai provocar milhares de demissões na região.

Dois exemplos que, na opinião dos presentes à reunião, recoloca para o movimento operário a retomada da exigência de reestatização da Vale e da Usiminas.

A Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista volta a se reunir no dia 18 de dezembro. Além da convocatória para o Encontro Nacional do DAP, proposto para março de 2016, está na pauta a continuidade da discussão sobre a questão da Vale e Usiminas.

Até lá, os grupos de base do DAP estarão com as energias voltadas para organizar a mobilização e, no dia 16 de dezembro, estar nas ruas contra o impeachment, nos atos convocados, em todas as capitais, por entidades sindicais, movimentos populares e democráticos e partidos políticos.

3º CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

Crise do partido impacta na atividade que terminou rachada

O Congresso da JPT que ocorreu de 19 a 22 de novembro, em Brasília, deveria servir para fortalecer o partido. Mas foi marcado por uma virulenta disputa entre a maioria (CNB, PTLM, MPT e Tribo), que reelegeu o secretário Jefferson Lima por aclamação, e a oposição (DS, AE, Articulação DF, Avante, EPS, Novo Rumo e MS), que, após participar de todo o processo, se retirou na plenária final, decidindo por fazer um ato no congresso nacional.

Impactado diante da maior crise da história do PT, o congresso ocorreu em meio a polêmicas e acusações, desde as etapas municipais. O carregamento de delegados, aos encontros, incompatibilidade de listas e parques debates, foram recorrentes. Esta situação refletiu-se diretamente na mobilização aos encontros e acarretou numa queda na presença de delegados que foi de 1/3 dos presentes no último congresso. Somado a isso, o debate político foi reduzido, frente às disputas das tendências nos bastidores.

Logo na abertura política, no segundo dia do evento, o ex-presidente Lula foi



recepcionado aos gritos de “Fora Cunha e Fora Levy”, como um desabafo dos jovens frente à crise política. Mas Lula desconversou, retomando um argumento que “não se deveria atacar as pessoas”. Nos grupos de trabalho, precariamente realizados em um dia, os jovens puderam, minimamente, debater alguns problemas da juventude e do país e propor iniciativas que a JPT deveria encampar. Foi lá que os jovens aderentes da tese “JPT nas ruas e nas lutas”, que se reivindicam do Diálogo e Ação Petista, aprovaram o “Fora Levy” sem ter o mesmo resultado na votação da

proposta de ruptura com o PMDB.

Em meio à confusão da plenária final, com a saída da oposição do congresso, foram lidas e votadas as resoluções. Por aclamação, foi aprovada a emenda da tese “JPT nas ruas e nas lutas”, “contra a política de ajuste fiscal pilotada pelo ministro Levy”, incorporada ao texto guia da CNB que, na defensiva, falava num “novo ajuste” para a “recomposição parlamentar do governo no congresso”, baseando-se na taxação das grandes fortunas e lucros dos bancos. Foi aprovada a proposta da “JPT nas ruas e nas lutas” de

uma campanha de Liberdade pra Vaccari, preso e condenado a 15 anos pela Operação Lava Jato, que a nova direção da JPT tem responsabilidade de colocar em prática uma campanha de solidariedade às ocupações de escolas em SP.

Os delegados e militantes da “JPT nas ruas e na luta”, mesmo condenando as manipulações desde as etapas municipais, permaneceram no Congresso e se abstiveram na votação para a direção da JPT. Esses delegados e militantes publicaram uma declaração que diz: “Há uma grande crise interna no partido que reflete na JPT, vem de longe e passa por se subordinar até agora ao governo da coalizão e sua política... nós que apoiamos o Diálogo e Ação Petista, queremos convidar a todos que querem ver o PT cumprir seu papel defendendo as bandeiras históricas, que querem agir como o PT agia, a participar das reuniões preparatórias para o Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista, que se realizará em março de 2016.”

PT chama a mobilização contra o impeachment

Senador Delcídio é afastado e posto na Comissão de Ética

O presidente do PT, Rui Falcão, abriu a reunião da Executiva de 4 de dezembro, com presidentes de DRs e convidados da CUT, MST, CMP, MAB, MPA e outros, com um discurso de luta contra o impeachment precipitado por Cunha (PMDB). Rui falou em “nova governabilidade” e apontou para “as reformas que o país tanto tempo espera”.

A reunião discutiu a situação do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), já preso pela escandalosa gravação divulgada, embora a bancada do PT no Senado, corretamente, tenha votado contra autorizar sua prisão, em defesa da imunidade parlamentar.

Apesar de tensão com a bancada, pela nota em que Rui não se solidarizava com o senador, o presidente do PT estava certo. O conteúdo da revelação do papel mafioso do senador a serviço dos banqueiros, o separa do que deve ser um partido de trabalhadores.

Que a grande imprensa tenha estranhado o abandono de Delcídio pelo PT, que antes defendera Vaccari, só



Reunião da Executiva nacional do PT

confirma a justeza da posição de Rui e da Executiva. Vaccari é fundador e dirigente histórico, preso e condenado injustamente a 15 anos por ser do PT. Delcídio, filiado ao PSDB só entrou no PT em 2001 para explorar em seu proveito relações que tinha na Petrobras, onde fora diretor.

A bancada teve razão ao criticar a decisão do STF, que passou por cima da imunidade parlamentar, pois não houve “flagrante” que permitisse a sua prisão, como diz a Constituição. O “estado de flagrância” é uma invenção no bojo do processo do mensalão, quando o STF exorbitou suas funções. As garantias parlamentares caem quando a classe dominante ataca as organizações de trabalhadores. Abrir um precedente, mesmo para Delcídio, seria um erro. Ele deveria ser investigado, julgado e condenado como senador.

No plano interno do PT, seu direito

de defesa está preservado na Comissão de Ética, sendo “passível de expulsão” como diz a resolução adotada.

Faltam “condições”?

A posição sobre Delcídio e a “nova governabilidade” são um alento para a militância. Registre-se que os três deputados do PT que finalmente votaram contra Cunha no Conselho de Ética, estavam surpresos, porque, como um deles disse, “estava acompanhando a discussão no andar de cima”, onde havia a conversa de acordo com Cunha.

Agora com a ameaça de impeachment de Dilma, depois que for derrotada pela mobilização, poderemos ter um governo com outros apoios e que realize as reformas populares tão esperadas. Mas não há garantia disso!

É vaga e ambígua a menção da nota adotada (abaixo) quando fala em “reconstruir as condições políticas

que permitam a implementação do programa eleito pelo povo brasileiro em 2014”. Que condições?

Demitir Levy e mudar a política econômica, como esperam a CUT e organizações populares, derrubando os juros, intervindo no câmbio e acabando com o superávit primário? Ou trazendo Meirelles para um impossível governo de “união nacional”?

Livrar-se da aliança nacional com o PMDB de Temer, que só faz chantagens e sabota os projetos populares? Ou seguir buscando em amplas alianças podres o substituto à reforma política que só uma Constituinte pode fazer?

São questões ligadas à retomada do protagonismo do PT, em conexão com a mobilização da base social que existe, mas que ainda não se deu.

Markus Sokol

NOTA DA EXECUTIVA DO PT DE 4 DE DEZEMBRO (TRECHOS)

“O povo brasileiro, mais uma vez em nossa história, está chamado a defender a democracia e a soberania do voto em eleições livres, contra forças reacionárias que aspiram a desfazer o resultado das urnas e a impor seus interesses antipopulares. (...) convidamos os demais partidos progressistas, os sindicatos, os movimentos sociais, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, a intelectualidade, a juventude, os homens e mulheres de bem, a se unirem e agirem numa jornada nacional contra o retrocesso e pela legalidade. (...) estamos seguros de que esta batalha, fundamental para os destinos do país, será também decisiva para reconstruir as condições políticas que permitam a implementação do programa eleito pelo povo brasileiro em 2014, com a retomada do desenvolvimento do País, da distribuição de renda, da geração de empregos, da inclusão social, da melhoria dos serviços públicos. O PT se coloca em estado permanente de mobilização e convoca sua aguerrida militância a ocupar o lugar que lhe cabe, com firmeza e generosidade, nas trincheiras da democracia.”

PSTU ao lado dos golpistas

Defendendo fora “todo mundo” embarca na ofensiva da direita

Assim que Eduardo Cunha admitiu iniciar processo de impeachment de Dilma, o PSTU comunicou sua posição: “Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles!”. Em nota de 3 de dezembro, o PSTU diz que Cunha promoveu “mais uma manobra no Conselho de Ética para adiar novamente a votação que pode iniciar o processo para a cassação do seu próprio mandato...”. Cunha manobra e o PSTU embarca no impeachment?

O PSTU proclama “verdades”, mas na prática fica ao lado daqueles que querem o impeachment, como Aécio (PSDB), que afirmou: “nós apoiamos a proposta de impeachment, que ela tramite adequadamente aqui no Congresso Nacional”, pois, o país precisa retomar “a confiança, os investimentos, o crescimento e o emprego”. Fica ao lado dos que querem tirar Dilma para que o capital especulativo possa pilhar, sem obstáculo, a nação.

Ah, mas o PSTU não quer só fora Dilma, ele quer “fora todos”. E como isso se daria?

“Os trabalhadores e a maioria do povo não devem apoiar Dilma, nem apoiar Cunha-Aécio... A classe trabalhadora e a juventude precisam ir à luta em defesa das suas reivindicações e contra todos eles... De imediato, se ainda não temos uma organização dos trabalhadores e do povo pobre apoiada nas suas lutas para governar, que é o caminho que pode garantir mudança de verdade, então que se convoquem novas eleições gerais no país, para presidência da República, senadores, deputados federais e governadores. Que o povo possa trocar todo mundo, se quiser”.

Ora, o povo votou em Dilma em 2014 e passado um ano é preciso de eleições gerais no país? Mas, as mesmas eleições que elegeram o atual congresso? Sim, pois a nota não propõe que se mude nada, apenas eleições gerais.

Então, num passe de mágica, o povo escolheria novos representantes, tudo dentro das normas legais vigentes?

E por fim fazem um chamado: “Chamamos a todas as organizações políticas, sindicais e populares dos trabalhadores e da juventude, para somamos força na construção dessa mobilização”.

Quem vai embarcar nessa aventura? Um amplo leque de organizações comprometidas com a luta dos trabalhadores e da juventude e com a defesa da democracia, chamam mobilizações nacionais no próximo dia 16, contra o impeachment, contra o golpe para avançar ataques mais duros contra os trabalhadores.

Com essa posição, o PSTU, diga o que disser, joga a favor de Cunha, Temer e Aécio, que eles bradam querer colocar fora. Lamentável!

João B. Gomes

“O PT de volta para a classe trabalhadora”

Encontro de sindicalistas afirma a atualidade do Manifesto ao 5º Congresso do PT

Cerca de 400 participantes, vindos de 19 estados e do DF, reuniram-se no auditório do sindicato dos Químicos em São Paulo em 27 de novembro no Encontro Nacional de Sindicalistas do PT.

Seis meses depois do 5º Congresso Nacional do PT, no qual o Manifesto encabeçado por dirigentes da CUT e endossado por centenas de lideranças sindicais teve grande impacto, o Encontro reafirmou os seus eixos em sua Declaração final (ver box): é preciso mudar a política econômica dirigida por Joaquim Levy e o PT deve voltar para a classe trabalhadora.

O Encontro foi aberto por João Felício, presidente da CSI (Confederação Sindical Internacional), que expressou o compromisso dos trabalhadores com a democracia, contra qualquer golpe, mas criticou duramente a política econômica do governo, que ataca a base social responsável pela vitória de Dilma nas eleições. Ele chamou a atenção para o fato de que, em 13 anos de governo encabeçado pelo PT, não foram feitas reformas estruturais que atendam aos interesses da maioria do povo – como a reforma agrária, a reforma política, a reforma tributária e a democratização dos meios de comunicação.



João Felício se dirige às centenas de sindicalistas presentes

Rui Falcão, presidente do PT, em sua saudação, disse ser importante que o partido se reaproxime dos movimentos sindical e social. Quando defendeu mudança da política econômica, o plenário foi tomado pelos gritos de “Fora Levy!”.

Um rico debate

A intervenção desde a mesa de Luiz Eduardo Greenhalgh colocou o dedo numa questão política central, a ação ordenada de instituições de Estado para atingir o PT. Ele desmontou a

Operação Lava-Jato, mostrando como seus responsáveis são inimigos políticos do petismo, e como os procedimentos de investigação e julgamento são manipulados. Sobre a condenação de João Vaccari, afirmou: “Não houve direito de defesa. Ele foi condenado a 15 anos de prisão com base em delações premiadas, sem que os delatores provassem nada!”. Sua fala reforçou a coleta de 214 adesões no plenário a uma moção propondo uma campanha em defesa de Vaccari.

Durante as quatro horas de discus-

são, cerca de 20 sindicalistas tomaram a palavra. Julio Turra, da Executiva Nacional da CUT, um dos organizadores do Encontro, reafirmou o compromisso dos sindicalistas do PT com a defesa das conquistas e direitos da classe trabalhadora e atacou o ajuste recessivo, que já provoca taxas de desemprego de 10% (e 20% na juventude). “Sem um cavalo de pau na política econômica, caminhamos para um desastre para o PT e para o nação”, declarou.

A Declaração final foi adotada, depois de lida e de receber emendas do plenário, bem como propostas de participação ativa dos sindicalistas nas instâncias do PT, como forma de ajuda a superar a profunda crise que o partido atravessa, recuperando-o para os trabalhadores..

O simples fato de o Encontro ter sido realizado, superando percalços e a má vontade de setores do partido contrários a qualquer crítica ao governo, foi uma demonstração da vontade da base original do PT de retomar o protagonismo que teve no passado e arrancar o seu partido da crise e da prostração. A Coordenação de Sindicalistas que saiu do Encontro deve reforçar e desenvolver esta orientação.

Paulo Zocchi

DECLARAÇÃO DO ENCONTRO (TRECHOS)

“Neste final de 2015, primeiro ano de um segundo mandato conquistado por Dilma Rousseff do PT, reeleita graças ao engajamento do movimento sindical e popular, em particular no 2º turno das eleições presidenciais de 2014, no combate ao retrocesso e para aprofundar as reformas populares, estamos diante de uma crise política e econômica que impacta o Brasil e o nosso partido.

O resultado é que fecharemos o ano com altas taxas de desemprego, retração da atividade econômica e uma ofensiva das classes dominantes – utilizando o Judiciário, a grande mídia, partidos de oposição e inclusive da coalizão de governo – para destruir o nosso partido, construído para dar voz à classe trabalhadora. Isso para não falar das ansiadas reformas populares (reforma política democrática, agrária, urbana, tributária, democratização dos meios de comunicação), que seguem bloqueadas pelo Congresso mais conservador desde o final da ditadura militar.

O manifesto dos sindicalistas ao congresso do PT já alertava que:

‘Consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio. (...)’

Os sindicalistas petistas reunidos em 27 de novembro em São Paulo queremos que 2016 seja o ano da virada, seja na situação econômica, seja na situação política. Não temos outra intenção a não ser a de ajudar a classe trabalhadora e o seu partido histórico, o nosso PT, a superar a aguda crise em que se encontra, e reafirmamos a nossa disposição em assumir as nossas responsabilidades nessa luta.

Resolvemos, neste sentido, constituir uma Coordenação de Sindicalistas Petistas que, trabalhando em colaboração com o setorial sindical do PT, ajude na ampliação da nossa participação na vida e nas instâncias partidárias para ter “o PT de volta para a classe trabalhadora”.

INTERVENÇÃO DE JULIO TURRA (TRECHOS)

“Este Encontro é a reafirmação da atualidade do Manifesto dos sindicalistas que dirigimos ao 5º Congresso do PT, cujo título - O PT de volta para a classe trabalhadora – era por si só um diagnóstico do afastamento de nosso partido da sua base histórica.

Manifesto que tinha no centro o combate à política econômica recessiva e regressiva pilotada pelo ministro Levy e trazia, num momento de aguda crise de nosso partido, um apelo aos sindicalistas para que retomassem o papel protagonista que tivemos na sua fundação.

Já passou do tempo de mudar de política econômica, os estragos que a atual já fez são enormes e combinam-se com uma ofensiva política dos nossos inimigos de classe, que utilizam o Judiciário - quero aproveitar para dizer: Vaccari estamos com você, liberdade para Vaccari! - e também com uma ofensiva conservadora na Câmara, dirigida por um pulha como o Eduardo Cunha. Todo mundo aqui é pelo Fora Cunha e fico envergonhado quando metade de nossa bancada parlamentar abandona o plenário e outra metade faz cara de paisagem para não atrapalhar o Cunha. O partido todo tem que ser pelo Fora Cunha!

Sim, pois manobras de bastidores não nos vão salvar, companheiros, o PT tem que retomar a relação com o movimento operário que deu origem a esse partido, com a juventude e com os movimentos sociais.

E o Vaccari não tem nada a ver com o Delcídio, trata-se de um verdadeiro contraste. Vaccari foi sindicalista bancário e dirigente da CUT, como tesoureiro do PT pegou dinheiro para o caixa um e foi condenado sem provas. Já o Delcídio é a imagem do partido que nós não queremos, onde um latifundiário do Mato Grosso do Sul, que apoia o Serra na privatização do Pré-sal, vira líder do governo no Senado.

É o momento de assumirmos como sindicalistas a nossa responsabilidade, reafirmar o Manifesto que nós lançamos em junho, atualizá-lo e recuperar o partido para a classe trabalhadora! ”.

Tragédia recoloca a reestatização da Vale

“A gente deve voltar a discutir o assunto”

Um mês após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, as consequências do desastre ainda são contabilizadas. Mais de 30 municípios em toda a extensão do Rio Doce foram atingidos; mais de 11 mil pescadores ribeirinhos ficaram sem condições de sobrevivência e somente em final de novembro, com a interferência do Ministério Público, tiveram a garantia de indenização mensal paga pela Samarco. O abastecimento de água em inúmeras cidades segue precário.

Mas o que chama a atenção é a ausência de controle do Estado. O Ministério Público, os governos de Minas Gerais, Espírito Santo e o governo federal estão impondo multas à empresa, mas o controle da situação é da Samarco, empresa da Vale e da BHP. É ela que controla a cena do crime o distrito de Bento Rodrigues no município de Mariana/MG chega a selecionar jornalistas que podem ter acesso ao local. A Samarco organiza a reunião com os atingidos sem a presença e proteção do poder público. Os representantes dos movimentos sociais são impedidos de acompanhar as reuniões. É a Samarco quem apresenta dados sobre a qualidade da água, quem diz não ser tóxica, apesar da contestação de cientistas e geólogos.

A audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais com a Câmara dos Deputados, serviu apenas para saudar as medidas adotadas pela Samarco em acordo com o Ministério Público,



A destruição provocada pela Samarco

não para apuração dos fatos. O representante do governo de Minas chegou a dizer que não se podia “satanizar” as mineradoras, e sequer uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada!

Minas Gerais: a “sede” das mineradoras

A ausência dos órgãos públicos no controle e fiscalização em todo o processo de extração mineral está em contraste com a presença das empresas mineradoras no estado e o seu papel econômico.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Minas representa 53% da produção do Brasil e é onde estão quarenta das cem maiores minas do país. Quase a metade dos municípios (cerca de 400) vive da mineração, embora 80% da extração se concentrem em 15 cidades, entre elas Nova Lima, Itabira e Mariana

onde a Vale se faz presente. É o estado que mais arrecada com a exploração de recursos minerais. Entretanto, durante os 12 anos de governo do PSDB, os órgãos fiscalizadores do estado foram sendo desmontados. A arrecadação de Minas diminuiu em função da queda mundial dos preços do minério, mas o mesmo não ocorreu em relação ao lucro da Vale, que saltou 729% em 2014.

A reestatização da Vale

Segundo Marcão, diretor do Sindicato Metabase de Itabira, “a Vale tem muito lucro, mas não investe no que precisa. O que aconteceu em Mariana é a consequência da falta de investimentos. Os representantes da empresa falam que tudo é por conta da crise”. Segundo ele, a empresa usa o mesmo argumento nas negociações salariais: “nos dois anos seguidos à privatização, 1998 e 1999, nosso

reajuste salarial foi zero. E agora, de novo, a Vale propõe zero de reajuste. Fala em abono, mas sem sequer repor a inflação do período. Vamos perder em um ano quase 20% do valor dos salários. E é uma proposta para toda a empresa, inclusive para os trabalhadores de Mariana. A gente ouvia que a privatização era para melhor. Só se for para os empresários, para os trabalhadores ficou pior!”

O setor minerador em Minas empregava em outubro mais de 60 mil trabalhadores com carteira assinada e é um dos setores, ao lado da construção civil, que mais produz acidentes de trabalho. Em 2013, no último levantamento feito pelo Ministério da Previdência Social, foram contabilizados 1524 acidentes com 11 óbitos! Sobre esses dados, Marcão comenta: “Na Vale, o maior número de mortos ocorre com os trabalhadores terceirizados e a média de acidente fatal por ano é de 10 para mais. Esse número da Previdência deve ser só da Vale”.

A tragédia de Mariana está recolocando, nas organizações dos trabalhadores em Minas, a discussão sobre a reestatização da Vale, inclusive entre os trabalhadores mineiros. “Anos atrás a gente falava mais da reestatização da Vale, inclusive durante o governo Lula. Aí isso ficou um pouco de lado. Agora, com o rompimento da barragem em Bento Rodrigues, a gente devia voltar a discutir esse assunto”, conclui Marcão.

Sumara Ribeiro

PEC 215: ataque aos indígenas e quilombolas

Bancada ruralista quer ter o poder de decidir sobre a demarcação de terras

Em 27 de outubro de 2015, foi aprovada a “Comissão Especial” para encaminhar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, uma ofensiva da bancada ruralista sobre o direito à terra das populações indígena e quilombola. A PEC 215/00 é de autoria do ex-deputado Almir Sá, do Partido Liberal de Roraima, e tramita na Câmara dos Deputados desde 2000. Os ruralistas e o agronegócio querem transferir o poder de demarcação de terras indígenas e quilombolas do Executivo (governo federal) para o Legislativo (Congresso Nacional), o que, na prática, impediria o processo de demarcação das terras no país que hoje já é lento (leva, em média, de 15 a 20 anos para ser concluído) e

extremamente violento.

No caso dos indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) realiza os estudos de identificação e delimitação das terras, já para os quilombolas, estes estudos ficam a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em seguida, o Ministério da Justiça declara os limites das propriedades solicitadas, depois a Presidência da República homologa os pedidos.

Situação dramática

O que a bancada ruralista e o agronegócio querem com a PEC 215 é abocanhar as terras das populações indígenas e quilombolas que correspondem a mais de 120 mil km² de áreas valorizadas, em todas as

regiões do país. O Coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, o deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS), teve o descaramento de declarar: “Essa PEC não é para botar branco contra índio. É para corrigir distorções que estão havendo hoje, em que se rouba terra de pessoas honestas com base apenas no que diz um laudo antropológico” (OESP, 22/11)! A PEC prevê, ainda, a possibilidade de revisar as terras que já são consideradas propriedades indígenas e quilombolas.

As bancadas do PT, PCdoB, PV, Psol e Rede são contrárias à PEC 215. Depois de ser aprovada em Comissão Especial da Câmara, a PEC deve ser votada na Câmara dos Deputados e precisa passar pelo Senado para valer. Por diversas vezes, a votação

foi adiada no Congresso.

Atualmente, 228 processos de demarcação de territórios indígenas esperam as assinaturas do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da presidente Dilma. A situação também é trágica para os quilombolas, pois, das 5 mil comunidades existentes no país, menos de 200 têm a posse da terra. Tanto mais porque essas populações vivem, em geral, em situação de pobreza extrema. Em muitas comunidades indígenas e quilombolas não há saneamento, água tratada e luz, pois, por não possuírem a titulação das terras, são impedidos de reivindicar os outros direitos elementares.

Francine Iegelski

Um país nas mãos de Cunha?

No Congresso, o mais reacionário desde 1964, ele comanda a tentativa de golpe

Ao aceitar o pedido de impeachment da presidente Dilma, Eduardo Cunha virou o comandante de todos os setores mais reacionários do país.

O PT tomou a decisão de não entrar na chantagem, desvencilhando-se, corretamente, de tratativas para confabular com Cunha e salvá-lo do pedido de cassação na Comissão de Ética, em troca da não aceitação do pedido de impeachment. Ato contínuo, Cunha anunciou o acolhimento do pedido. Não sem antes ter comunicado o vice-presidente Temer, que, às vésperas, "recebeu em sua residência oficial, em Brasília, sete senadores da oposição para discutir o rito de afastamento da petista" (FSP).

Uma nova situação se abriu no país, que vinha sendo desenhada desde a proclamação dos resultados do 2º turno, em 2014. Refletindo no Brasil a ofensiva do imperialismo no continente para retomar o terreno perdido, depois da Argentina e Venezuela (ver pág. 12), a bola da vez é o Brasil.

É nesse quadro que Eduardo Cunha comanda com golpes - como a decisão de romper a regra da composição da Comissão para julgar o pedido de impeachment - a tentativa de apelar Dilma (PT) do governo e estender o tapete para uma política de "ações exemplares, como o ajuste fiscal, a redução de gastos e desperdício", nas palavras do presidente da FIESP, Paulo Skaf.



Manifestação no Rio, em 8 de dezembro, contra o impeachment

A aceitação do pedido de impeachment culmina num processo que marcou o ano de 2015 para desestabilizar o governo e, ao mesmo tempo, pressioná-lo a aplicar a política representada pelo derrotado Aécio Neves nas eleições de 2014.

Nenhuma condição pode ser imposta para barrar o impeachment de Dilma. A manifestação chamada por entidades sindicais, populares, estudantis e partidos políticos para o dia 16 de dezembro, em todas as capitais do país, deve ser o pontapé inicial para uma jornada de mobilizações para impedir o golpe.

A polarização que tomou conta do país em 2014 se recoloca ao redor do pedido de impeachment. Agora, somos nós contra eles: os que querem conquistar uma nação soberana contra os que querem recuperar o terreno para o imperialismo.

É hora de mobilizar, mas também deve ser a hora da virada.

Na ofensiva contra governos do continente, cujas bases sociais lutam pela soberania, a direita avança no espaço aberto, com a aplicação, por esses mesmos governos, de uma política que não rompe com o imperialismo.

Governando com o inimigo

A nomeação de Joaquim Levy para comandar o ajuste fiscal, em contradição com o mandato recebido, vitaminou os que querem o impeachment. O ano de 2015 deixa consequências trágicas para os trabalhadores (ver abaixo). Não é fortuito o entusiasmo de Levy com o programa "Uma ponte para o futuro", apresentado por Michel Temer em outubro. Em relação à proposta de prevalência do negociado sobre o legislado nos

acordos trabalhistas, por exemplo, disse Levy: "que coisa ótima, tenho discutido isso no governo e devemos levar isso adiante". Eles se entendem, representam os mesmos interesses.

É urgente, urgentíssima, a mudança da política econômica em prol de uma política em favor dos interesses da maioria do povo oprimido.

A decisão de Cunha sobre o impeachment, e as articulações de Michel Temer, escancaram a que serve o PMDB no governo: travar as mudanças necessárias ao povo e tramar contra Dilma.

Cunha, pego com a boca na botija, com as contas na Suíça, quis usar o pedido de impeachment como moeda de troca e salvar sua própria pele. Já Michel Temer, antes na surdina, agora à céu aberto, trabalha para salvar os interesses do imperialismo no país, apresentando-se como candidato para aplicar, no ritmo e na profundidade necessárias, a política de ataque aos trabalhadores e à nação.

Nem a aliança com o PMDB, nem um "governo de união nacional", como propõem alguns, para conciliar interesses de classe que são irreconciliáveis. Para fazer frente à ofensiva que não vai parar, mesmo se derrotado o impeachment, é preciso reatar com a base social que por quatro mandatos elegeu o PT e espera pelas mudanças profundas que defendam os trabalhadores e a nação da espoliação imperialista.

Misa Boito

2015: ajuste fiscal deixa rastros alarmantes

É preciso interromper já a política econômica que arrasa o país

O ano se encerra com um rastro alarmante deixado pelo ajuste fiscal de Levy: desemprego, corte de direitos, queda nos salários, na renda e no consumo das famílias.

Os objetivos declarados de Levy são (a) reduzir todos gastos públicos, exceto aqueles destinados ao pagamento de juros da dívida, o "superávit primário"; e (b) elevar a "competitividade" empresarial, reduzindo os salários.

O governo está cortando, este ano, cerca de R\$ 100 bilhões, comprometendo programas sociais e restringindo direitos (previdenciários, seguro desemprego, abono salarial). As empresas fornecedoras do governo suspendem seus investimentos, num efeito dominó na economia: O PIB

caiu 1,7% neste 3º trimestre - queda mais intensa desde 1996 - e deve cair quase 4% ao todo, em 2015.

Os setores manufatureiros da indústria são os que mais recuam, com queda de 12% na produção, o mais baixo nível desde 2009.

O IBGE mostra uma queda em 1,24 milhão de trabalhadores empregados com carteira assinada no terceiro trimestre deste ano, uma boa parte deles foi para a informalidade - quase um milhão a mais trabalhando por "conta própria". Ao todo, já são 9 milhões de desempregados (8,9% de taxa de desemprego).

Neste mesmo período, a pesquisa indica que só a indústria destruiu 519 mil postos de trabalho. O salário real (descontando a inflação) médio dos

trabalhadores industriais caiu 1%.

Mas os cortes de verbas do governo não reduziram seu déficit. Primeiro, porque a recessão gerou queda na arrecadação de impostos. Segundo porque o governo mantém isenções de impostos a vários setores empresariais (ver box). Terceiro, o mais grave, a taxa Selic é mantida nas alturas pelo Banco Central - o que faz com que as despesas com juros tenham alcançado R\$ 500 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses (o orçamento da Saúde, Educação, Bolsa-Família, Seguro Desemprego, Abono Salarial e Minha Casa Minha Vida juntos não alcança R\$ 300 bi!).

Alberto Handfas

O ROMBO DAS ISENÇÕES

Em 2015, o total de benefícios fiscais vai representar 6,5% do PIB, mais que o triplo da média que prevaleceu ao longo das décadas de 80 e 90.

O governo Lula já havia ampliado um pouco as isenções de impostos a empresas. Mas, com Dilma, de 2011 a 2015, tais isenções dobraram: chegando a R\$ 408 bilhões.

Alega-se que tais benefícios, ao reduzirem custos empresariais, incentivariam o investimento privado e ajudariam o crescimento. O fato é que, com a baixa lucratividade - e com isso a baixa demanda -, as empresas privadas seguem não investindo e agora começam a desempregar. Ao invés de deixar de arrecadar essa fortuna com impostos, o governo deveria usá-la com mais gastos sociais/estatais. Gerar ele mesmo o investimento que o setor privado não se dispõe a impulsionar.

POI francês realiza seu 5º Congresso

Proposta uma ampla Conferência política em defesa dos direitos e conquistas

Com 197 delegados, de 68 Departamentos da França, ocorreu em Paris, em 21 e 22 de novembro, o 5º Congresso do Partido Operário Independente (POI). Convidados de todas as tendências do movimento operário francês, assim como membros da Associação “Amigos de Informações Operárias” (jornal do POI) também participaram, num total de 253 presentes.

Foram dois dias de discussão livre e fraterna, ainda sob o impacto dos selvagens atentados terroristas de 13 de novembro e sob o estado de emergência decretado pelo governo Hollande e votado no parlamento pelos deputados tanto de esquerda quanto de direita e extrema-direita, em nome da “união nacional”.

Estado de emergência para atacar conquistas históricas

Para os trabalhadores, “o estado de emergência é o fim do estado de di-



Plenário do Congresso do POI

reito”. Sob o falso pretexto de proteger a população, o governo do PS busca criar uma situação favorável para destruir os direitos sociais, aplicando a política de austeridade exigida pela União Europeia e, assim, chocando-se frontalmente com sua base social (é o que explica suas sucessivas derrotas eleitorais devido aos recortes de abs-

tenção nas regiões operárias).

O que está na mira das contrarreformas são as conquistas históricas, arrancadas pelo movimento operário em 1936 e 1945 e que constituem uma rede de proteção social que vai bem além dos trabalhadores urbanos. Um exemplo é o sistema de seguridade social com atendimento médico universal e aposentadoria integral.

Mais de 60 oradores tomaram a palavra durante o congresso e discutiram a proposta de uma Conferência em defesa dessas conquistas (a começar pelo direito de greve e de manifestação) e de todas as instituições democráticas (como é o caso das Comunas e dos Departamentos resultantes da Revolução francesa de 1789), bem como da laicidade republicana.

Uma Conferência que se dirija a todos, militantes, sindicalistas, parlamentares, prefeitos, democratas, dando um lugar de destaque ao jornal Informações Operárias como instrumento para levantar todos os elementos que ajudem a demonstrar a duplicidade do governo e a armadilha da união nacional na qual ele pretende enclausurar os trabalhadores e suas organizações em nome da “guerra”.

Ajudando a construir a unidade

A discussão realçou a forte resistência para barrar os ataques do governo

e, ao mesmo tempo, os obstáculos com os quais ela se choca. Para enfrenta-los, o método da Conferência rompe com toda concepção de considerar o POI como partido “pronto e acabado”.

Como diz a Carta aos militantes de todas as tendências aprovada no 5º Congresso:

“Rejeitamos a pretensão de propor soluções ‘miraculosas’ para resolver os difíceis problemas que se colocam nesta nova situação.

Voltando as costas a toda atitude categórica de dar ‘lições’ aos trabalhadores e aos dirigentes das suas organizações, dirigimo-nos a vocês para construir em conjunto, diariamente, as respostas que unirão a resistência dos trabalhadores e da população trabalhadora deste país.

Estamos convencidos de que só os trabalhadores – unindo-se, de forma ampla, com as suas organizações e mobilizando todas as camadas da população vítimas das contrarreformas coordenadas pela União Europeia – são capazes de proteger a sociedade da barbárie. Seja face ao terrorismo, seja perante as profundas regressões em que as exigências da exploração sem limites do capital mergulham toda a sociedade.”

Correspondente

“VIRAMOS A PÁGINA”

O Congresso rememorou a cronologia da cisão sofrida pelo POI e os ataques ao jornal Informações Operárias por parte de um setor minoritário que recusou a discussão e a democracia do partido, desrespeitando as suas instâncias regulares.

Esse ataque fracassou, como demonstra não apenas a presença do grande número de delegados, mas também a riqueza e a vitalidade da discussão, concentrada na situação e nas tarefas do partido. Mesmo se vários delegados abordaram as dificuldades encontradas nos últimos meses, eles conseguiram superá-las apoiando-se no sucesso da assembleia-debate de 6 de junho quando mil militantes de todas as tendências se reuniram em Paris, a convite do jornal Informações Operárias, para discutir como construir a unidade para defender as reivindicações.

Uma delegada resumiu: “A discussão que fizemos neste congresso é essencial: devemos ser ideólogos, lançando palavras de ordem genéricas sobre a ruptura com a União Europeia, por exemplo, ou devemos acompanhar mais de perto aqueles que lutam concretamente em defesa de suas conquistas e reivindicações?”

COP21, a OMC do clima

E, durante seus trabalhos, a guerra continua a devastar



Aberta em 30 de novembro com a presença de chefes de estado ou de governo de 195 países – inclusive Dilma Rousseff – a COP21 (Conferência das Partes), se estende até 11 de dezembro, em Paris.

O objetivo declarado é buscar um acordo para diminuir a emissão de poluentes de “efeito estufa” afim de que o aumento da temperatura da terra seja limitado a 2 graus centígrados até 2.100 (afirma-se que mantidas as emissões atuais o aumento será de 4 graus, com graves implicações).

Seria uma modificação do clima induzida, sim, pelo modo de desenvolvimento da sociedade capitalista e não pelo “homem”.

Pilhagem de recursos naturais, escravidão dos operários e camponeses em benefício do lucro, liberalização das trocas mundiais, estímulo ao consumo baseado na oferta e não na demanda, aumento das concentrações de CO2 na atmosfera segundo a curva não do desenvolvimento, mas da exploração capitalista.

E os efeitos da mudança climática atingirão, primeiro, as populações mais frágeis, que são dois terços do planeta.

A presença em massa de dirigentes mundiais em Paris não pode esconder que o acordo que querem buscar é do mesmo tipo do realizado na Organização Mundial do Comércio (OMC): os governos cada vez mais cedendo as rédeas da governança mundial aos grandes grupos capitalistas.

Não é um programa de “desenvolvimento durável” que eles buscam com esse acordo, mas, sim, um programa de desenvolvimento de um capitalismo durável. Quem pode acreditar que os mesmos que mergulham o mundo na barbárie poderão retirá-lo da barbárie?

Bem ao contrário, enquanto todos esses dirigentes se reuniam em Paris, as bombas continuavam a cair e a matar os flagelados pelas guerras provocadas pela decisão dessas mesmas grandes potências de intervir militarmente na Síria – e em outros países.

Correspondente

Espanha: em defesa dos 300 sindicalistas

Reunião internacional impulsiona campanha contra legislação antissindical herdada do franquismo

Realizou-se no dia 20 de novembro, em Madri, reunião internacional com dois eixos de luta: defesa de 300 sindicalistas do Estado espanhol que estão sendo processados em razão de atividades durante greves e exigência de revogação do artigo 315.3 do Código Penal da Espanha, que criminaliza as greves. Essa legislação emana de leis da época da ditadura franquista.

A reunião contou com a participação de sindicalistas das centrais sindicais espanholas CCOO e UGT, advogados, trabalhadores perseguidos, militantes de diferentes forças

(como Esquerda Unida, PSOE e Podemos), delegações do Comitê Internacional contra a Repressão e da central sindical francesa CGT-FO.

Entre as resoluções do encontro, está a decisão de “constituir a comissão internacional em defesa dos 300 perseguidos em razão de greve, com o objetivo de obter a revogação do artigo 315.3 do Código Penal”. Do Estado espanhol, farão parte companheiros perseguidos, advogados, sindicalistas e representantes políticos.

Delegações às embaixadas

Outra decisão é propor a com-

panheiros e entidades de outros países que organizem delegações ou atos, onde for possível, diante das embaixadas espanholas, quando forem julgados os “8 da Airbus” – sindicalistas que estão sendo processados por fatos ocorridos na cidade de Getafe durante a greve geral de 2010 contra a reforma da legislação do trabalho. O julgamento está previsto para 9 e 12 de fevereiro de 2016. Foi deliberado ainda que, durante o julgamento, seja realizado um ato internacional, em Madri ou em Getafe, em unidade com as centrais sindicais.

O encontro recebeu o apoio de instâncias sindicais de Afeganistão, Alemanha, Argélia, Bélgica, Brasil, Chile, EUA, França, Grã-Bretanha, Guadalupe, México, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça e Venezuela. Do Brasil, a CUT remeteu carta assinada pelo secretário de Relações Internacionais, Antônio de Lisboa Amâncio Vale, e pelo diretor executivo Júlio Turra, que enviou também mensagem em vídeo (disponível em <https://goo.gl/bJSvsa>).

Correspondente

Carta ao presidente da Argélia

Enviada por 19 personalidades, entre as quais velhos combatentes da guerra de libertação nacional

No último dia 1º de novembro, 61 anos depois do início da guerra de independência nacional da Argélia contra o imperialismo francês, uma carta dirigida ao presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, expressou preocupações com a situação do país e solicitou uma audiência para discutir o assunto. O texto é assinado por 19 personalidades, entre as quais Louisa Hanoune, ex-candidata à eleição presidencial, e velhos combatentes da guerra de libertação nacional, como Abdelkader Guerroudj, Lakhdar Bouregaâ e Zohra Drif-Bitat.

A carta adverte para “a renúncia à soberania nacional, atributo da independência nacional duramente conquistada, principalmente pelo abandono do direito de preempção (preferência de compra – NdR) do Estado”. Denuncia também “a substituição do funcionamento institucional legal por um funcionamento paralelo, obscuro, ilegal e ilegítimo” e aponta “a grave degradação da situação econômica e social que atinge a maioria do povo argelino, (...) enquanto se entrega o país, suas riquezas, suas capacidades, aos predadores e aos interesses estrangeiros”.

O jornal argelino “El Watan” (7/11) escreveu: “É uma iniciativa inédita para uma data símbolo. Dezenove personalidades nacionais de diversos horizontes, à frente dos quais estão alguns dos chefes históricos, fizeram a escolha de não celebrar o 1º de novembro com festa, mas soando o alarme. O país está em perigo”.

Poder paralelo

Outro jornal, “Le Soir d’Algérie” (19/11), publicou entrevista com uma das signatárias, Louisa Hanoune, que é também secretária-geral do PT da Argélia. À questão sobre como se manifesta o “poder paralelo” que a carta denuncia, Louisa respondeu: “Pessoas – algumas com funções em instituições, outras nem mesmo isso – usurparam as prerrogativas do presidente e decidem em seu nome, o que nos leva a duvidar ainda mais de que nossa carta chegue a ele”. Essa dúvida motivou o grupo a convocar coletiva de imprensa que tornou pública a carta.

Para Louisa, o processo predatório contra as conquistas nacionais “existe há várias décadas, antes mesmo da chegada de Bouteflika ao poder”. Em sua opinião, “pessoas se aproveitaram da situação e gradativamente aumentaram sua fortuna, multiplicaram-na por meio das privatizações, da valorização de imóveis, dos fundos públicos, de empréstimos”.

A secretária-geral do PT afirmou: “Quando se chega ao ponto em que o representante do FCE (patronato argelino – NdR) no interior da comissão de preparação da lei de finanças de 2016 demanda, sem a menor vergonha, que o Estado dê a seus homens de negócios os fundos de regulação de receitas para que eles os utilizem, isso quer dizer que não há mais Estado”.

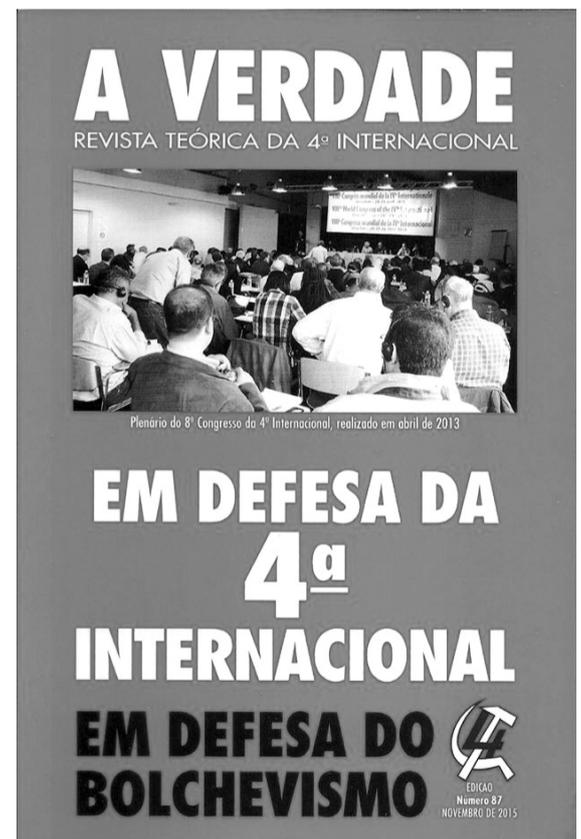
Correspondente

Revista A Verdade, edição 87

Em defesa da 4ª Internacional, em defesa do bolchevismo

Acaba se ser publicada em português a edição nº 87 da Revista A Verdade, órgão teórico da 4ª Internacional. Uma edição especial, que trata da ofensiva contra a seção francesa, a Corrente Comunista Internacionalista.

Em sua apresentação, as notas editoriais, colocam a questão nos seguintes termos: “Este número de ‘A Verdade’ é publicado em um momento no qual, por um lado, há uma reviravolta na situação mundial, e, por outro, uma ofensiva liquidadora se desenvolve na seção francesa da 4ª Internacional, com repercussões em escala internacional... Esta operação liquidadora não pode ser separada da ofensiva geral contra o movimento operário organizado – ofensiva produzida naturalmente pelo capital em agonia – nem do conjunto dos processos no seio do movimento operário mundial, do qual participam a 4ª Internacional e suas seções”. Uma operação liquidadora que começou com a ruptura do quadro comum de discussão, com a ruptura do centralismo democrático, que garante a democracia operária, e a unidade de ação, em uma organização bolchevique. Assim, essa edição, recuperando a tradição da qual a 4ª Internacional se reivindica, traz um dossiê sobre a questão do centralismo democrático com artigos de Marx, Lenin, Trotsky, Pierre Lambert e J.P. Canon. A edição traz também um



artigo sobre a vitória de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista britânico, uma matéria sobre a questão nacional catalã e apresenta as resoluções do 32º Encontro Nacional da Corrente O Trabalho no Brasil.

A arrecadação com sua venda ajudará a financiar o 9º Congresso Mundial da 4ª Internacional, convocado para fevereiro de 2016.

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho, ou solicite pelo nosso site: <http://otrabalho.org.br/entre-em-contato-conosco/>

Seu preço é de R\$ 20,00 e o valor solidário R\$ 50,00.

A crise econômica derrotou o chavismo

Direita pró-imperialista ganha maioria de 2/3 na Assembleia da Venezuela

O fator decisivo para o resultado eleitoral de 6 de dezembro é a crise econômica que assola o país. Inflação recorde, recessão e escassez de produtos básicos, especulação, mercado negro e produtos estocados por empresários. O governo Maduro, nesse quadro, não deu respostas concretas à “guerra econômica” e suas consequências.

É certo que houve campanha da mídia, ingerência do imperialismo, diretamente dos EUA e também de seus aliados na região, (governo da Colômbia e o argentino Macri), mas a derrota contundente do Polo Patriótico, liderado pelo PSUV, indica que muitos trabalhadores e gente do povo, que antes apoiavam o chavismo, usaram o “voto castigo” contra o governo nessas eleições.

O resultado final deu à Mesa de Unidade Democrática (MUD) 112 deputados contra 55 do Polo Patriótico. Uma maioria de 2/3 que permite à oposição revisar tratados Internacionais, revisar a Lei Orgânica do Trabalho (LOTT) - que consagra as conquistas dos trabalhadores nos últimos 17 anos - promover reforma constitucional com referendo e até mesmo convocar uma assembleia constituinte e remover juízes e autoridades públicas.

A direita pró-imperialista e patronal



Fila de eleitores na eleição de 6 de dezembro

teve uma larga vitória não tanto por sua própria força, senão pelo forte desgaste do governo, o que abre o caminho para uma crise política nas cúpulas do chavismo e no PSUV, num ritmo imprevisível.

Um militante chavista, diante do resultado, disse que não se podia esquecer daqueles que, em nome da revolução, aproveitaram seus cargos para apropriar-se de recursos de todos, de militares que “mancharam o uniforme” para traficar influência e roubar recursos do Estado, nem tampouco dos que tinham cargos no PSUV e impunham seus círculos de corruptos, pisoteando a vontade da base. É um sintoma do clima existente na militância.

O que fazer na nova situação?

Os deputados da MUD já declaram que irão ao choque contra os trabalhadores e os setores populares. Eles querem mudanças nas leis que suprimam o controle estatal na prestação de serviços públicos, no sistema de distribuição de moradias, e, principalmente, nas leis trabalhistas: eliminar a redução da jornada de trabalho para 40 horas, a estabilidade no emprego e outros pontos da LOTT. Também querem anistia para os delinquentes políticos presos (como Leopoldo López) e o retorno dos que abandonaram o país após o golpe fracassado contra Hugo Chávez em 2002.

A nova situação coloca na linha de tiro os direitos trabalhistas, as con-

quistas sociais e a soberania da nação. Vivemos em época de crise internacional do capitalismo, crise econômica e política nos países vizinhos, fruto de um cerco que se aperta do imperialismo para recuperar terreno perdido. Não ter levado até o fim a ruptura com o imperialismo e seus aliados locais, é a explicação de fundo para a derrota eleitoral do chavismo.

É necessária uma plataforma operária e popular para defender nossos direitos e conquistas, que atue num terreno de independência e autonomia dos trabalhadores, contra a ofensiva da direita pró-imperialista. Diante do que se anuncia para 2016, é preciso a unidade de ação do movimento operário, coletivos, movimentos sociais e da Central Socialista Bolivariana dos Trabalhadores (CSBT), levantando um plano de emergência para enfrentar a crise, a especulação e a guerra econômica.

Alberto Salcedo
(Coletivo Trabalho e Juventude)

Contra a repressão no Haiti

As eleições presidenciais de 25 de outubro no Haiti foram marcadas por fraudes generalizadas e os protestos que se seguiram foram duramente reprimidos. A agência Alter-Pressé informa que “uma manifestação de milhares de pessoas foi violentamente dispersada pela polícia em 18 de novembro. Diversas pessoas ficaram feridas - entre as quais os candidatos a presidente, o Senador Steven Benoit e o ex-senador Jean-Charles Moïse”. Ambos, juntamente com seis outros candidatos, publicaram, em 29 de novembro, uma declaração por eleições limpas e denunciando “a instrumentalização das forças policiais para fins políticos e como esquadrões da morte”.

Diante desse quadro, a ATPC- Associação dos Trabalhadores e Povos do Caribe, lançou um apelo pedindo o envio para os e-mails abaixo de moções pelo fim da repressão e respeito às liberdades de organização e manifestação:

-ao governo haitiano: contacte@communication.gouv.ht
-ao Escritório de Proteção do Cidadão: opc@protectioncitoyen.org e opc-haiti@hotmail.com
-com cópia à ATPC: atpc-caraipe@orange.fr

O que muda na Argentina

Direita avança sobre as contradições do kirchnerismo

Dia 22, após doze anos de governos kirchneristas, ganhou as eleições presidenciais em 2o turno Mauricio Macri, de direita, pela escassa margem de 51,34% contra Daniel Scioli, peronista de direita, com 48,66%.

Os novos ministros têm perfil de funcionários de multinacionais (Monsanto, Shell etc.), mas fica o atual ministro de Ciência e Tecnologia, numa continuidade do regime baseado no agronegócio e na mineração. Nele, houve aumento de emprego, mas com mais de um terço de trabalhadores informais (sem direitos) e quase 50% precarizados, chocante na Argentina. Talvez a mudança maior seja uma política externa abertamente subordinada aos EUA, como se viu nas ameaças à Venezuela de Maduro.

O período kirchnerista tentou superar a grande crise de 2001, reconstruindo o Estado burguês abalado. Houve algumas estatizações limitadas (aviação, água, aposentadorias) ou parciais (petróleo), mas a internacionalização da economia continuou.

As contradições se expressaram, por exemplo, nos julgamentos de militares por violações na ditadura enquanto militares denunciados pelas mesmas razões eram nomeados a cargos importantes. As contradições deram na designação do candidato Scioli, conservador e repressivo, deixando pouca diferença com Macri. Este colheu o voto anti-kirchnerista (a ponto da principal central, a CGT, apesar de peronista, ter-lhe dado certo apoio!).

A mobilização do eleitorado não cresceu - historicamente, cerca de 80% de participação, agora em 2015 foi de 78%.

A maioria das correntes de esquerda chamaram ao voto branco no 2o turno. Que ao não chegar nem a 2%, sugere que parte de suas bases tenham votado Scioli para que não ganhasse Macri - PO e PIS, pilares do FIT (v. OT 777), em seus sites o reconhecem. Aliás, o FIT é uma frente eleitoral e não se coordena no plano sindical ou estudantil, sequer é um bloco parlamentar.

Apesar de que a situação não é “boa” para os trabalhadores, o resultado não é

uma reversão da relação de forças entre as classes. Não havia candidato popular ou dos trabalhadores na contenda e as expectativas em Scioli não iam além do “mal menor”.

Uma incógnita é como se reorganizará o heterogêneo conglomerado peronista que ainda guarda influencia popular.

Mas é a luta de classes direta contra o ajuste que vem agora, que dirá qual é a relação real de forças e se um novo instrumento de luta política se forjará. da valorização de imóveis, dos fundos públicos, de empréstimos”.

A secretária-geral do PT afirmou: “Quando se chega ao ponto em que o representante do FCE (patronato argentino - NdR) no interior da comissão de preparação da lei de finanças de 2016 demanda, sem a menor vergonha, que o Estado dê a seus homens de negócios os fundos de regulação de receitas para que eles os utilizem, isso quer dizer que não há mais Estado”.

Correspondente